

1. Introdução

Esse estudo buscou analisar o perfil dos cursos da Unila partindo do pressuposto que nos últimos dez anos, desde a criação do projeto de lei que deu origem à Unila, diferentes atores contribuíram coletivamente para a configuração dos cursos ao mesmo tempo que diversos mecanismos de controle do governo federal atuaram limitando as possibilidades de inovação dos cursos da instituição.

Nas últimas décadas, a Educação Superior ocupou um lugar de destaque na formulação das políticas públicas fomentadas por Organizações Multilaterais e incorporadas em maior e menor nos contextos nacionais dos países latino-americanos. Desde a década de 1990, o discurso que possibilitou esse protagonismo da educação foi legitimado pela importância da educação na **redução das desigualdades sociais e regionais**, na produção de conhecimento em um mundo de **rápidas transformações**, formação de trabalhadores qualificados que sustentem o desenvolvimento dos países e na disseminação de valores como solidariedade, **cooperação internacional** e promoção de uma cultura de paz. Também foram muitas as reivindicações pela democratização da educação em todos os seus níveis, reduzindo assim a **desigualdade educacional** que marca os sistemas de educação por todo o continente. Criou-se um consenso em torno da necessidade de se fortalecer a compreensão da Educação Superior como um direito social e dever do Estado em garantir para toda a população, seja pelas necessidades geradas pelas novas relações sociais e da produção que passaram a demandar trabalhadores de um novo tipo mais adequados às mudanças do novo século, seja pela luta de diversos movimentos da educação pela garantia do acesso ao conhecimento historicamente produzido à toda a população.

No Brasil, o governo federal propôs diversas iniciativas visando a expansão da rede de ensino superior e sua interiorização, ampliação do acesso à Educação Superior, investimentos em ciência e tecnologia e em formação qualificada de recursos humanos como exigência do processo de desenvolvimento nacional. Essas iniciativas concebem a educação um meio de inclusão social e foram acompanhadas de diversas medidas para garantir o acesso de populações que antes tinham o acesso restringido pelas suas condições de raça, classe, local de nascimento, entre outras.

Na esteira dessas mudanças surgiu também um projeto de universidade que possuísse uma missão específica: uma instituição que tivesse o objetivo de formar profissionais que contribuíssem para o desenvolvimento e integração dos países latino-americanos. Uma instituição com este objetivo já era objeto de discussões no âmbito do Mercosul, mas divergências impediam que esse projeto avançasse. Em 2008, o Projeto de Lei 2.878/2008 foi proposto para criar a Universidade Federal da Integração Latino-Americana e com ele formou-se uma Comissão de Implementação (Portaria MEC 43/2008) que possuía o objetivo de realizar estudos promover reflexões e debates nacionais e internacionais e apresentar proposta abrangendo a concepção da nova universidade, plano de implantação, estrutura acadêmica, critérios de seleção docente e discente, política de ensino, pesquisa e extensão, política de cooperação internacional e gestão democrática representativa de sua missão primordial (Unila em Construção).

Esse projeto nasceu ao mesmo tempo para suprir a demanda reprimida por Instituições Federais de Educação Superior no oeste do Paraná, mas também para responder ao grande desafio de promover a integração da América Latina por meio do conhecimento e da cooperação solidária e atuar diretamente numa região que carrega uma importância não só estratégica, mas simbólica como o é a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Desta forma, em 12 de janeiro de 2010 foi aprovada a lei de criação desta nova instituição com o objetivo de "ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL" (Lei 12.189/2010).

Ainda segundo a lei de criação, essa universidade atuaria nas regiões de fronteira e teria vocação para o intercâmbio acadêmico e cooperação solidária com os países do Mercosul e demais países da América Latina. A universidade desenvolveria cursos de interesse mútuo dos países da América Latina "com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais" (Lei 12.189/2010).

Foi dada à recém-criada universidade uma missão muito maior do que atender as necessidades brasileiras de expansão da Educação Superior. Segundo o parecer da Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Deputados, ao analisar o projeto de criação da instituição, a universidade não poderia ser somente mais uma universidade, ela deveria cumprir um papel ousado de formulação e proposição para os grandes temas sul-americanos. Segundo Ingrid Sarti, uma das membras da Comissão de Implantação,

a Unila deve inovar, não apenas nas abordagens disciplinares, mas nos processos pedagógicos e de gestão, esta em si mesma um ato pedagógico de integração, necessariamente anti-burocrática e apoiada nas tecnologias à disposição da criatividade e da eficiência. Deve superar a tendência à fragmentação, se possível enfrentando a questão contemporânea da interdisciplinaridade e até implementando mecanismos de seleção e avaliação que promovam as aventuras transdisciplinares" (p. 5-6, parecer).

Enfatizou-se no projeto inicial a necessidade de se conceber uma universidade com flexibilidade e versatilidade para enfrentar os desafios que se colocam para a América Latina, uma universidade "sem muros e sem fronteiras, que combine o avanço da ciência e da tecnologia com a interação entre os saberes elaborados pela academia com os saberes produzidos pelos mais diversos segmentos sociais, com vistas a fazer do conhecimento um instrumento de promoção humana" (Unila em Construção, p.10). A universidade deveria propor a evolução do conhecimento disciplinar para o inter e transdisciplinar, "em que pesem a magnitude dos desafios metodológicos, deve ser praticada e perseguida pela Unila. Os projetos de pesquisa e a prática pedagógica devem refletir essa inovação" (Unila em Construção, p.9).

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana, portanto, foi desde sua criação uma proposta ousada não só no sentido de ter como missão específica a integração latino-americana, mas também por inovar sua prática institucional, nos modos de produção de conhecimento numa perspectiva latino-americana e de formação de estudantes numa perspectiva diferenciada. Deste modo, tanto a estrutura acadêmico-administrativa quanto a organização acadêmica propostas para a nova universidade buscaram responder a estes desafios lançados pelo ato de criação da universidade. Foram propostas inovações nos enfoques disciplinares, processos pedagógicos e de gestão e numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, envolvendo ensino e pesquisa num processo de criação coletiva.

Para atender essa nova proposta de universidade, os cursos foram pensados a partir de uma abordagem inter e transdisciplinar em uma universidade bilíngue com docentes e discentes dos mais variados países da América Latina e que oferecesse a todos os estudantes um ciclo comum de estudos com disciplinas de Fundamentos da América Latina e de formação metodológica e instrumental. A comissão de implantação então sugeriu alguns cursos que formassem profissionais em carreiras estratégicas para a integração regional. Para citar alguns: Sociedade, Estado e Política na América Latina, Relações Internacionais e Integração Regional, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, Economia, Desenvolvimento e Integração, Comunicação, Poder e Mídias Digitais, Saúde Coletiva e Preventiva, Ecologia e Biodiversidade, Energias Renováveis, Engenharia de Macro-infraestruturas, entre outras. As propostas dos cursos foram baseadas em diagnósticos de ofertas de cursos de graduação na América Latina e apoiou-se em resultados de consultas internacionais feitas à especialistas e na definição das áreas temáticas consideradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável e integração da América Latina, algumas delas previstas inclusive na lei de criação da universidade.

Passados 10 anos desde a criação da Comissão de Implantação e do Projeto de Lei que deu origem a esta nova universidade, a UNILA conta hoje com 29 cursos de graduação, 14 cursos de pós-graduação e mais de 4,5 mil alunos. A universidade desde um projeto quase utópico amadureceu e hoje conta com mais de 360 docentes e 800 formandos que contribuíram na construção deste projeto. No entanto, neste processo de amadurecimento a universidade mudou. Diversas das propostas de cursos foram remodelados ao longo dos anos, algumas por limitações normativas ou de direcionamentos políticos e outras por conta das contribuições dos diversos docentes, discentes e técnico-administrativos que construíram novas formas de pensar a universidade. Nessa perspectiva, analisar o perfil dos cursos que hoje são oferecidos pela universidade deve levar em conta a história desse projeto, mas também compreender esses cursos como construções coletivas daquilo que foi possível e desejado pela comunidade acadêmica nestes últimos dez anos.

Outro aspecto que deva ser levado em conta para realizar o estudo pretendido são as relações da universidade e seus cursos com as normativas e diretrizes criadas e regulamentadas pelo governo federal. Mesmo considerando que a UNILA já nasce sendo

uma proposta inovadora e diferenciada com enfoque internacional e considerando que a Constituição Federal do Brasil garante a autonomia universitária, não se deve desconsiderar os fortes mecanismos de controle que o governo federal possui sobre as Instituições Federais de Educação Superior pelos mecanismos de avaliação e financiamento destas instituições. As universidades federais são sujeitas às legislações que, se por um lado propiciam alguma garantia da qualidade da oferta dos cursos de graduação e pós-graduação e medidas de ação afirmativa que buscam compensar desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira, entre outros aspectos, essas mesmas medidas podem interferir na liberdade de ensino e pesquisa, na própria autonomia universitária gerando empecilhos às próprias possibilidades de inovação.

Portanto, a proposta de estudo aqui apresentada buscou analisar o perfil dos cursos da Unila em três aspectos principais: a proposta de implementação da universidade, a construção coletiva desde o momento de criação dos cursos até o atual momento e as possibilidades e desafios da universidade naquilo que os marcos legais efetivamente permitem.

A pesquisa norteou-se pelo objetivo de analisar o perfil dos cursos de graduação da UNILA na sua relação com a missão específica da instituição de promover a integração latino-americana com as dificuldades de se efetivar propostas curriculares inovadoras por conta de limitações normativas que sujeitam os cursos. Para tanto, buscou-se analisar a trajetória da universidade desde sua criação até a atual configuração, levantar os fatores que limitam a capacidade da universidade de inovar, relacionar a universidade com as políticas educacionais nacionais e compreender as possibilidades e desafios da UNILA em responder a uma política de Educação Superior pensada na integração latino-americana.

Inicialmente, foi proposto uma análise de alguns cursos de graduação avaliando por meio de entrevistas e análise documental as possibilidades e desafios que estes enfrentaram desde sua criação até a atual configuração. No entanto, no decorrer da pesquisa optou-se pela análise dos pareceres das comissões do Congresso Nacional, quando da aprovação da lei de criação da instituição e das políticas educacionais para a Educação Superior desenvolvidas ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores. A mudança do escopo da pesquisa, antes focada no perfil de cursos específicos, para agora analisar o perfil da universidade de forma mais ampla, deveu-se pela importância de confrontar o modo como

foi pensada a universidade pela Comissão de Implantação, com as concessões que foram sendo feitas para aprovar-se a criação da própria instituição. Compreende-se aqui que a própria lei de criação da universidade reflete um consenso possível em determinado momento histórico, em que o embate de diversos atores sociais vão constituindo os limites de se construir uma universidade latino-americanista.

2. Descrição das Atividades

A pesquisa foi realizada por meio de análise documental e revisão bibliográfica. Também estava prevista a realização de duas entrevistas com membros da comissão de implantação da UNILA, mas por dificuldades de conciliação de agendas não foi possível realizá-las. Algumas das atividades realizadas foram: levantamento de documentos que subsidiaram a implantação da UNILA, revisão bibliográfica sobre a política educacional vigente no momento de criação da universidade; e levantamento de artigos, teses e dissertações publicados sobre a universidade nos últimos oito anos.

Em relação ao bolsista, estava previsto o apoio à estas atividades, organização dos documentos da pesquisa, realização de leituras sobre políticas educacionais, encontros de discussão das leituras e realização de levantamento bibliográfico sobre a UNILA.

Para compreender o processo de criação da UNILA, foram utilizados a Mensagem Interministerial enviada pelo Ministério da Educação em conjunto com o Ministério do Planejamento ao Congresso Nacional propondo a criação da universidade, os pareceres nas diversas comissões do Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei nº 2.878/2008, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, o livro Unila em Construção que relata as principais etapas de elaboração do desenho acadêmico e institucional da Comissão de Implantação da UNILA e dados de artigos, dissertações e teses publicados sobre a universidade e acessados por meio das seguintes base de dados Google Acadêmico, Scielo, BDTD/IBICT e repositório UNILA.

Durante a tramitação do PL 2878/2008 no Congresso Nacional, foram elaborados 9 pareceres como seguem, analisados pela pesquisa:

Parecer	Relator	Aprovação
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara	Dr. Rosinha	07/07/2009

Comissão de Educação e Cultura - Câmara	Angelo Vanhoni	21/10/2008
Comissão de Educação e Cultura - Voto Substitutivo - Câmara	Maria do Rosário	
Comissão de Finanças e Tributação - Câmara	Vignatti	24/04/2009
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Pública - Câmara	Frank Aguiar	19/06/2008
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Dr. Rosinha	
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Senado	José Agripino	24/11/2009
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Ideli Salvati	08/12/2009
Parecer nº 2.705, de 2009-PLEN	Marisa Serrano	

Foram encontrados no levantamento bibliográfico 30 artigos publicados sobre a UNILA e 13 trabalhos de conclusão de mestrado ou doutorado. A maioria das publicações encontradas tratavam sobre a criação da UNILA, internacionalização da Educação Superior e integração regional. Dos trabalhos encontrados, a maioria foram produzidos por pesquisadores sem vínculo direto com a instituição, mas interessados no projeto da universidade. Também foram encontrados trabalhos produzidos por membros da Comissão de Implantação da universidade, técnico-administrativos em educação que trabalham ou trabalharam na universidade e alunos e ex-alunos da instituição. Algumas dos trabalhos defendidos encontrados seguem a seguir:

Autor	Título	Instituição	Ano
Martins, Dênis Valério	A história da educação superior na América Latina e o desafio integracionista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Universidade Estadual do Oeste do Parana	2011
Muniz, Cláudia Maria Serino Lacerda	O papel da retórica no discurso que busca legitimação institucional: a UNILA em foco.	Universidade Estadual do Oeste do Parana	2017
Gastaldin, Carla da Conceição Mores	Uma universidade em fund(ação): as contribuições da psicanálise para a análise do discurso institucional da UNILA	Universidade Estadual do Oeste do Parana	2018
Abba, María Julieta	Límites y potencialidades para el desarrollo de una internacionalización de la educación superior necesaria: estudio de caso de La UNILA (Brasil) y La ELAM (Cuba)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2018
Brackmann, Marta Maria	Internacionalização da educação superior e política externa brasileira: estudo da criação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande	2010

	da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	do Sul	
Alexandre, Suelen de Pontes	A inclusão da diversidade no ensino superior: um estudo da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) na perspectiva das epistemologias contra-hegemônicas	Universidade Nove de Julho	2015

Para subsidiar a análise do material encontrado, também foi realizada a busca de publicações que tratavam sobre internacionalização da Educação Superior, políticas de Educação Superior, democratização da educação, entre outros temas que tangenciam o tema. Buscou-se dessa forma compreender os limites presentes na proposta de universidade já no momento de sua criação confrontando os debates realizados no âmbito do Congresso Nacional, o trabalho da Comissão de Implantação da universidade e as políticas de Educação Superior vigentes no momento de criação da universidade

3. Resultados e Discussão

Em 11 de dezembro de 2007, em comunicação conjunta do ministro Paulo Bernardo Silva (Ministério do Planejamento) e do ministro Fernando Haddad (Ministério da Educação) foi submetida à Presidência da República projeto de lei que criaria a Universidade Federal da Integração Latino-americana. Segundo o documento, a criação da universidade se daria em um contexto em que

A expansão da rede de ensino superior e sua interiorização em áreas mais distantes dos centros urbanos desenvolvidos; a ampliação do acesso à educação superior, promovendo a inclusão social; o incremento do investimento em ciência e tecnologia e em formação qualificada de recursos humanos de alto nível como exigência urgente do desenvolvimento nacional, são objetivos centrais do governo federal.

Também, segundo o documento o Plano Nacional da Educação vigente à época (Lei 10.172/2001) previa a cooperação internacional como uma das bases das universidades e reforçava que o acesso à educação superior contrastava com outros países do continente por seu baixo nível, ademais a proporção de estudantes em instituições públicas havia sido reduzida significativamente.

Sobre o papel da universidade em criação, o documento cita a necessidade dela ser chamada para interagir em termos nacionais e transnacionais repartindo solidariamente e

com respeito mútuo o saber e a tecnologia com os demais países latino-americanos. Também afirma que a educação superior tem um papel estratégico latino-americano para que o país ocupe um lugar relevante na divisão internacional do conhecimento.

Na tramitação no Congresso Nacional, alguns aspectos foram os mais ressaltados nos pareceres das Comissões e estão presentes em maior ou menor grau nos diversos votos aqui sintetizados no voto do deputado Frank Aguiar:

A proposição sob parecer é duplamente louvável. Promove, concomitantemente, a interiorização da rede federal de ensino público e gratuito, a ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, a redução de desigualdades sociais e regionais e a viabilização do desenvolvimento sustentável. E vai além de outras propostas de criação de universidades, pois seu alcance extrapola as fronteiras nacionais, promovendo a integração com os demais países da América Latina e, especialmente, os integrantes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Em síntese, a criação da UNILA constituirá um marco para o desenvolvimento da região e, por meio do intercâmbio cultural e científico, para a integração dos países latino-americanos.

A universidade foi criada dentro das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e de modo particular, parte da terceira etapa do processo de execução do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) que previa a expansão universitária em regiões estratégicas para a integração e a cooperação internacional. Além da UNILA, foram propostas a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Para justificar a instalação da universidade, os pareceres indicavam que o nível de acesso ao ensino superior é um dos mais baixos entre os países latino-americanos e havia uma distorção entre as matrículas entre instituições públicas e as instituições privadas (Dr. Rosinha). No parecer do deputado Angelo Vanhoni, é lembrado que o Plano Nacional de Educação previu o provimento da oferta de educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, que havia um empenho do governo em manter uma proporção de matrículas em instituições públicas de Educação Superior nunca inferior a 40% e que a UNILA viria a proporcionar o acesso à Educação Superior a um público residente em uma região do Brasil desprovida de instituições públicas federais.

Outro aspecto bastante mencionado nos pareceres é relacionado ao processo de integração regional. Segundo Angelo Vanhoni, a UNILA é

um empreendimento histórico e representa um passo fundamental para a construção de uma mentalidade de integração regional, fundamentada nos valores mais relevantes para o século que vivemos: a valorização da diversidade, o combate à discriminação, a cultura da paz, a tolerância e a solidariedade.

Nos pareceres, aprofundar os processos de integração regional são relacionados a um processo de cooperação solidária, valorização da diversidade, criar a mentalidade de uma cidadania regional. Todos esses aspectos

Ao tratar dos processos de integração regional, os pareceres fazem referências diretas ou indiretas ao Plano de Ação do Mercosul (2006-2010) que previam ações e metas para

contribuir para a integração regional, mediante políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente; e promover a cooperação solidária e o intercâmbio para melhorar os sistemas educativos dos Estados-Partes.

O projeto de lei foi aprovado por unanimidade em todas as comissões, havendo algum consenso parlamentar naquele momento em torno de dois aspectos da UNILA: a necessidade expansão e interiorização das instituições públicas federais de Educação Superior e a necessidade de fortalecer o processo de integração latino-americana nos moldes pensadas no parlamento do Mercosul. Muito embora houvesse algum consenso, na tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foram apresentadas três emendas ao projeto de lei visando alterar a configuração da universidade: determinando que a seleção de professores e de alunos fossem realizadas somente em língua portuguesa e que fosse exigida a condição de brasileiro nato ou naturalizado para o provimento dos cargos de reitor e vice-reitor. Todas essas emendas foram rejeitadas pela comissão. Sobre esse aspecto, durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a relatora da matéria afirma que

embora se trate de uma instituição com claros aspectos comunitários, graças à possibilidade de participação em seus corpos docente e discente de cidadãos de países vizinhos, especialmente aqueles que participam do processo de integração no âmbito do MERCOSUL, cuida-se de uma universidade brasileira, criada nos termos de nossa Constituição, a partir de

iniciativa legislativa do Presidente da República, que tem merecido a aprovação das Casas do Congresso Nacional.

A necessidade de reforçar que a universidade seria brasileira, mesmo que com a participação de discentes e docentes estrangeiros demonstram que a presença destes na universidade já no momento de aprovação da lei de criação não era de fato consensual. De qualquer forma, o que esses pareceres demonstram é que, apesar de a universidade ter sido construída numa perspectiva não-hegemônica pela Comissão de Implantação, a viabilização da universidade se deu a partir do momento que ela compôs um quadro de expansão e interiorização das instituições federais e de maior protagonismo brasileiro nas relações com o MERCOSUL. Dessa forma, é necessário para compreender a universidade, é necessário compreender esse processo de expansão universitária da qual a UNILA se fez parte.

O período compreendido pelos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) caracterizou-se por uma forte mudança na Educação Superior do país, tanto pública quanto privada. No primeiro ano de governo foi criado em 20 de outubro de 2003 um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de analisar a situação e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Esse grupo apresenta em seu relatório a necessidade de se criar um programa de apoio emergencial às universidades focando na reposição do quadro docente, ampliação de vagas, educação à distância, autonomia universitária e financiamento.

Nos anos iniciais do governo Lula uma série de medidas foram tomadas como a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), do Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e da Universidade Aberta do Brasil. Houve também a regulamentação das parcerias das universidades federais com fundações de direito privado. Já no segundo mandato de Lula, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o banco professor-equivalente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essas iniciativas criaram o ambiente propício para a ampliação do ensino privado, da educação à distância e força as instituições públicas a aderirem a um modelo de gestão com foco na eficiência e no controle de resultados, além de ampliar os mecanismos de interferência na autonomia universitária.

Diversos autores chamam a atenção para um processo de consolidação de uma lógica empresarial no interior das instituições públicas de educação superior. Também chamam a atenção para a adesão ao modelo de educação terciária proposta pelo Banco Mundial. As propostas ao mesmo tempo que reconhecem a expansão das universidades como uma necessidade para dirimir a desigualdade histórica de acesso à Educação Superior, a necessidade de se pensar em políticas de assistência para garantir a permanência dos estudantes, em especial dos oriundos de classes sociais mais desfavorecidas, também reduzem a Educação Superior à formação de recursos humanos para sustentar o ciclo de desenvolvimento do país.

O REUNI além de propor a expansão das instituições, também foi se dispôs a alterar os currículos das universidades, como se vê no documento de Diretrizes do Programa:

[...] a expansão do sistema público federal de Educação Superior deve estar associada à reestruturação acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada dos recursos humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais. Mais do que uma iniciativa de governo, este movimento alinha-se às propostas dos dirigentes das universidades federais, no sentido de consolidar e aperfeiçoar o sistema público de Educação Superior, com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos visando flexibilizar e melhorar a qualidade da Educação Superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, humanista e o desenvolvimento do espírito crítico. (BRASIL, 2007a, p. 9-10).

Importante ressaltar que desde o final da década de 1990, a formulação de políticas para a Educação Superior se torna central no mundo todo e incentivada por diversas organizações multilaterais como o Banco Mundial, a UNESCO, entre outros. Os documentos elaborados por estas instituições preocupavam-se com a dificuldade dos Estados manterem suas instituições e procuravam justificar as mudanças para adequá-las à sociedade do conhecimento ou ao mundo globalizado.

A ampliação do acesso da população à Educação Superior por meio de sua expansão e mudança estrutural buscou preparar mão-de-obra para as novas profissões do mercado e dar sustentação às classes trabalhadoras para sua adaptação e inserção nas mudanças no processo produtivo. Ao tratar desse processo de expansão, muitos autores o confundem com um processo de democratização da Educação, quando foi realizado um processo de massificação de acesso.

Como já dito, o processo de expansão universitária foi acompanhada pela aproximação da gestão universitária com uma gestão empresarial baseada em metas e resultados. Logo nos anos iniciais do governo Lula, a implementação do SINAES já apontaram nessa direção e o próprio REUNI aqui discutido foi uma estruturação com essas bases. O conjunto dessas medidas ferem a autonomia universitária na medida que as instituições passam a serem reféns de indicadores de produção acadêmica que são vinculados a capacidade da instituição de se manter ou até mesmo de existir. Por meio desse mecanismo, promove-se uma homogeneização da educação e força a adequação das estruturas tanto acadêmicas quanto curriculares nas universidades à modelos de educação externos a ela.

Tanto nos currículos dos cursos quanto nas pesquisas, as universidades perdem sua autonomia na medida que qualquer proposta de curso ou de pesquisa para ser aprovado precisa necessariamente cumprir critérios técnicos estabelecidos pelo Ministério da Educação. A possibilidade das universidades no gozo de sua autonomia decidirem o que ensinam e pesquisam e como o fazem passa a ser restrita à critérios externos a ela. A gestão democrática que se implementa é medida pelo número de participação e não na qualidade da participação.

Nessa conjuntura, ao se pensar no perfil da universidade que se foi criada, é necessário analisar esse espaço da contradição. As políticas educacionais dos governos do Partido dos Trabalhadores tiveram a participação de movimentos e intelectuais que historicamente defenderam novos modelos de educação e nas relações latino-americanos em relação aos países centrais, e a própria UNILA é resultado de uma demanda histórica latino-americana, no entanto a criação da universidade ocorre em um momento em que a lógica empresarial impregna as políticas de educação, e a capacidade de inovar e de se instituir uma universidade de fato inovadora fica limitada a essas condicionantes.